



O CRIME DE BÚZIOS: A MORTE DA PANTERA EM MANCHETE

Amanda Borb de Jesus ¹, Marlene de Fáveri ²

¹ Acadêmica do Curso de História/FAED - bolsista PROBIC/UDESC. Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina/ UDESC. Email: borb@hotmail.com

² Orientadora, Departamento de História, Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina/ UDESC. Email: mfaveri@terra.com.br.

Palavras-chave: Assassinato de Ângela Diniz; Revista Manchete; Violência contra a mulher.

O trabalho tem por objetivo, a partir da revista *Manchete* e como recorte temporal o ano de 1977, mas levando em conta todo o contexto da década de 1970, analisar a representação do assassinato de Ângela Diniz, ocorrido em 31 de dezembro de 1976, na praia de Ossos em Búzios (MG), local onde a socialite mineira morava há poucos meses com Raul Fernando Street, mais conhecido como Doca Street, o autor do assassinato. Amplamente divulgado em veículos midiáticos como um dos crimes que marcou a época, por ser considerado um crime de honra ou crime passional que mais teve repercussão no país, torna-se pertinente estudá-lo, pois representa um campo de análises para a compreensão histórica da cultura política e memória social, já que gerou debates sobre as condições de mulheres em violência, imaginários e representações, da maneira como esta sociedade viu e se apropriou desses acontecimentos.

A inserção da revista *Manchete*, como meio de comunicação de massa principalmente ligado às áreas urbanas, deu-se na década de 1950, circulando semanalmente entre 1952 a 2000. Criada por Adolpho Bloch, editada e planejada no Rio de Janeiro, circulou em todo território nacional e foi considerada a segunda maior revista brasileira da época. Por isto, *Manchete* se constitui um impresso de grande importância para a memória histórica do Brasil.

Este trabalho identifica representações que deram significados, através de textos e imagens publicados em *Manchete*, nos conjuntos que inclui ideologia, linguagem, memória e imaginário que mobilizaram discursos, simbologias, vocabulários e cultura visual; portando dos fenômenos sociais que marcam as memórias coletivas e narrativas históricas no Brasil contemporâneo. Analisar impressos como fonte da História tornou-se possível tendo em vista a ampliação do significado de “fontes históricas” na segunda metade do século XX e com o advento da Nova História¹; segundo Luca, “Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa.” (LUCA, 2008, p.111).

Notifica-se em *Manchete* durante a década de 1970 temas relacionados ao feminino, conteúdos políticos, de cultura, de divulgação ampla (filmes, livro, concurso entre outros),

¹ Entende-se por Nova História um movimento ao longo do século XX que reverbera um conjunto de pensamentos desenvolvidos neste período em contribuição a própria História, tendo como pensadores Peter Burke, Jacques Le Goff, entre outros, indagando-se sobre a ciência e repensando a função social e o sentido da História.

cientificidades e comportamentos, isso em “um período de modernização acelerada; de deslocamentos de pessoas para os centros urbanos; dos movimentos sociais em busca de direitos civis e políticos; de demandas sociais crescentes; de indústria cultural efervescente; de maior acesso às universidades; ou seja, trazendo mudanças significativas na sociedade brasileira. É também a década em que as mulheres ganham visibilidades e emergem na cena pública, colocando em pauta suas reivindicações” (FÁVERI, 2016, p.131), *Manchete* perpassa o regime militar brasileiro (1964 a meados de 1985), e que coincide com a Década da Mulher entre 1975 e 1985, sendo decretado pela ONU o Ano Internacional da Mulher o ano de 1975. É quando o movimento feminista, no Brasil, ganha visibilidade e força, que reverbera no âmbito público, especialmente no processo de julgamento de Doca Street em Minas Gerais com a campanha “Quem ama não mata”.

Nessa perspectiva a análise a partir da *Manchete* durante a década de 1970, em especial o ano de 1977, propõe fomentar discussões acerca de gênero: representações/códigos sociais; relações de poder; e violência contra a mulher, a fim de perceber a cultura política vigente à época, partindo da abordagem do meio de comunicação impresso e, por ser um impresso recente, insere-se na história do Tempo Presente, cuja originalidade “é a quantidade de fontes escritas convencionais (arquivos, imprensa, narrativas) disponíveis que constitui nosso principal desafio de ordem metodológica” (LAGROU, 2007, p. 34-5). A coleta de fontes de *Manchete* referente a década de 1970 com enfoque no ano 1977, estão disponíveis para consulta no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina/Florianópolis.

Observando que este crime, amplamente divulgado pela imprensa na época, as análises percebem os discursos na perspectiva da cultura política, das representações sociais e das relações de poder. Em geral, as representações difundidas por *Manchete* acerca do assassinado de Ângela Diniz reverberam imaginários sociais sobre as mulheres e o feminino, ao que se evidencia a partir de análise textual e visual, a construção negativa da imagem de Ângela Diniz sendo diretamente ligada a culpabilidade do crime, sobretudo, a relação de gênero em amplitude: relações de poder visto à dominação do homem sobre a mulher; o caldo da cultura no qual tem lugar à violência contra a mulher. Conclui-se que o conjunto de valores, práticas e representações sociais na década de 1970, estampados em *Manchete*, apresenta continuidades, pois a existência de vetores sociais responsáveis pela reprodução de uma determinada cultura política, e outros de socialização como os grandes veículos de comunicação, a moral religiosa advinda da Igreja, e outras instituições, disseminam valores defendidos por um grupo em que evidentemente tem uma escolha política. No crime analisado, observam-se prescrições de gênero e relações de poder, advindas de uma cultura patriarcal entranhada na sociedade da época. Se, “Olhar para o passado nos ajuda a compreender melhor o presente” (Marc Bloch, 2002), os crimes que ocorrem no Tempo Presente reproduzem continuísmos; e estuda-los, denuncia-los, propor políticas públicas, torna essencial para a diminuição de violências de gênero.

Referências:

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2002.

FÁVERI, Marlene de. Divórcio em *Manchete*. In: LOHN, Reinaldo (Org.). **História nas bancas de revista: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016 [p.129-159].

LAGROU, Piter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PORTO, Gilson (Org.). História do tempo presente. Bauru: EDUSC, [p. 31-45], 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, [p. 111-153], 2008.